

## COMO FAZER UMA RECLAMAÇÃO NA CNPD?

A legislação sobre proteção de dados reconhece uma série de direitos aos cidadãos, como o direito de informação, acesso, retificação, oposição e apagamento de dados pessoais. O seu exercício é muito pessoal, e deve, portanto, ser exercido diretamente pelo titular dos dados ou seu representante (caso de menores ou incapacitados) perante o responsável do tratamento dos dados. Havendo incumprimento, deve apresentar queixa junto da CNPD, mencionando a identificação do alegado autor e documentos ou outros meios de prova que corroborarem as alegações.

### Elementos que devem constar

Nome da pessoa ou do seu representante | Os fatos que fundamenta o pedido  
Pedido, o qual deve ser feito de forma clara | Local e data  
Assinatura do requerente.

# DADOS PESSOAIS

NOÇÃO DE DADOS PESSOAIS  
TRATAMENTO DE DADOS | DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS  
IMPORTÂNCIA DE PROTEGER OS DADOS PESSOAIS

### Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD)

Avenida China | Rampa Terra Branca  
Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde  
Apartado 1002 | Caixa Postal 7600  
Tel: +238 5340390 | cnpd@cnpd.cv

Em parceria com o



**Comissão Nacional  
de  
Protecção de dados**



## NOÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Lei nº 133/V/2001 de 22 de Janeiro, com a alteração introduzida pela Lei nº 41/VIII/2013 de 17 de Setembro, define «dados pessoais» como qualquer informação, de qualquer natureza é independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, «titular dos dados».

Com efeito, os dados pessoais referem-se a qualquer informação que leva a identificação de uma determinada pessoa.

Nome, número de Bilhete de Identidade, morada, número de telefone, número da conta bancária, número de segurança social, fotografia, salário, matrícula do carro, email e a palavra passe são dados pessoais.



São considerados **dados pessoais sensíveis** aqueles cujo tratamento facilmente pode levar à discriminação do seu titular e pode implicar riscos para direitos, liberdades e garantias.

### ATENÇÃO!

São **dados pessoais sensíveis**:

- Condições políticas, filosóficas ou ideológicas;
- Fé religiosa;
- Filiação partidária ou sindical;
- Origem racial ou étnica;
- Vida privada;
- Saúde e a vida sexual, incluindo os dados genéticos.

**DEVE TER ESPECIAL CUIDADO QUANDO FORNECER ESSES DADOS**

## IMPORTÂNCIA DE PROTEGER OS DADOS PESSOAIS

Na atual conjuntura, o indivíduo depende das novas tecnologias em quase tudo que seja para a satisfação das suas necessidades básicas.

Para o efeito disponibiliza muitas informações suas na rede (internet).

Por outro lado, há pessoas mal-intencionadas, que procuram insistentemente dados pessoais com fins, entre outros, de obter ganhos financeiros, lesar o bom nome dos cidadãos ou mesmo provocar perdas nas instituições.

Perante essas ameaças, de modo evitar que informações cheguem a pessoas não autorizadas e contrariar os criminosos, o direito à Proteção de Dados pessoais ganhou uma importância fundamental.



**Criminosos sempre à espreita defalhas na protecção dos dados**

## CUIDADOS A TER AO FORNECER SEUS DADOS PESSOAIS

- Não forneça os seus dados pessoais para além do necessário.
- Tenha cautela em disponibilizar o seu nome, o número de telefone ou a sua morada na internet ou em fornecê-los a quem não lhe dê confiança.
- Quanto mais informações colocar online, maior é a probabilidade de ser vítima de um ciberataque.
- Seja muito prudente nas fotografias que coloca na internet.
- Evite clicar nos links que aparentemente levem a fotos de pessoas famosas ou para baixar algum ficheiro necessário para se efetivar a transferência de algum prémio.
- Antes de baixar qualquer aplicativo certifique-se se é confiável. Esteja ciente, pois alguns visam roubar os seus dados pessoais.
- Instale um antivírus
- Ative o modo de navegação privada

## DIREITO DE INFORMAÇÃO

Partilhar informações sobre outros indivíduos podem constituir a incursão da sua privacidade e violar os seus direitos. Devem ser feitos mediante o consentimento do indivíduo.

Pode não ter interesse partilhar as informações sobre o que fiz, com quem estive, onde estou, onde estive ou o que comi.



### OUTROS DIREITOS

- a. Direito de acesso;
- b. Direito de apagamento ou bloqueio;
- c. Direito de oposição;
- d. Direito de não ficar sujeita ao tratamento automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspetos da sua personalidade;
- e. Direito de exigir que os dados sejam tratados de forma legal e lícita;
- f. Direito de exigir que os dados recolhidos não sejam excessivos às finalidades;
- g. Direito de impedir que os seus dados pessoais sejam utilizados para finalidade incompatível com aquela que determinou a recolha.



## TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados refere-se a qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, como por exemplo:

Recolha | Processamento | Conservação  
Alteração | Recuperação | Consulta  
Transmissão | Difusão | Interconexão  
Apagamento | Destruição



O responsável pelo tratamento de dados é quem determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais. Pode ser um cidadão, uma empresa, uma associação ou um serviço do estado.

A Lei estipula que o tratamento dos dados pessoais deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da intimidade da vida privada e familiar.



Em regra, o tratamento de dados pessoais só é efetuado se o seu titular tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento ou ainda se for necessário para:

- a) Execução de um contrato;
- b) Cumprimento de uma obrigação legal;
- c) Proteção de interesses vitais;
- d) Execução de uma missão de interesse público ou no exercício da autoridade pública;
- e) Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento.

**CONSENTIMENTO É A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE, LIVRE, ESPECÍFICA E INFORMADA.**

## TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS

É proibido o tratamento de dados sensíveis, salvo as seguintes situações:

- Mediante consentimento expreso do titular;
- Mediante a autorização prevista na lei;
- Quando se destinem a processamento de dados estatísticos em que não se pode identificar as pessoas a quem os dados dizem respeito;
- Ser necessário para proteger interesses vitais;
- Ser efetuado com consentimento do titular por fundação, associação ou organismo sem fins lucrativos;
- Dizer respeito a dados manifestamente tornados públicos pelo titular;
- Ser necessário à declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial;
- Quando se mostrar indispensável à proteção da segurança do Estado, da defesa da segurança pública e da prevenção, investigação ou repressão de infrações penais.

## TRATAMENTO DE DADOS DE MENORES

O tratamento de dados dos menores requer o consentimento dos pais ou do seu representante.

## DIREITO DE INFORMAÇÃO

Quando lhe for solicitado dados pessoais dever-lhe-ão ser prestadas as seguintes informações:

- Quem é o responsável pelo tratamento;
- Finalidades do tratamento;
- Os destinatários dos dados;
- Caráter obrigatório ou facultativo da resposta;
- Condições do acesso e de retificação;
- Direito de oposição de comunicação dos dados para a finalidade de marketing.
- Direito de oposição à decisão de comunicação de dados a terceiros.

Se os dados não forem recolhidos junto do seu titular e salvo se dele já forem conhecidas, o responsável pelo tratamento deve prestar-lhe as informações a que tem direito no momento do registo dos dados ou, se estiver prevista a comunicação a terceiros, o mais tardar aquando da primeira comunicação desses dados.

No caso de recolha de dados em redes abertas o titular dos dados deve ser informado de que os seus dados pessoais podem circular na rede sem condições de segurança, correndo o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados.



**QUANDO VOCÊ PARTILHA FOTOS E VÍDEOS NUMA REDE SOCIAL ESTÁ A TRATAR DADOS!!!**